

GT11: Antropologia das práticas esportivas e de lazer

Leonardo Turchi Pacheco, José Ronaldo Fassheber

O presente Grupo de Trabalho propõe dar continuidade e ampliar as reflexões realizadas em mais de vinte anos de reuniões anteriores da RAM e RBA nos diversos grupos de Antropologia das práticas esportivas e de lazer. Nesse sentido, tem por objetivo reunir antropólogos e demais cientistas sociais que realizam pesquisas no campo de estudos das práticas esportivas e do lazer. Os estudos desse campo antropológico permite diálogos e reflexões de dimensões plurais. Deste modo, as dimensões entre esporte, lazer e política; a defesa de direitos das práticas esportivas e de lazer de diversos grupos sociais e suas relações e articulações com a formação das identidades sociais (gênero, etária, étnica, nacional), as territorialidades urbanas e naturais, as maneiras de sociabilidade, as adaptações, as emoções e afetividades, as moralidades, a construção de corpos, a produção social de jogadores e atletas, a violência, o parentesco, os eventos e práticas esportivas ou de lazer englobam o escopo das investigações que constituem esse Grupo de Trabalho.

As agarradas corporais indígenas e caboclas: as lutas ikindene, piãguá e marajoara.

Autoria: FABIO JOSÉ CARDIAS-GOMES

O objetivo deste trabalho é apresentar dados de estudos e coletas em campo sobre as lutas agarradas corporais conhecidas como ikindene, piãguá e marajoara. O enfoque da pesquisa envolve o desenvolvimento da psicologia do etnoesporte (Fassheber, 2006; Kylasov, 2012) e dos jogos e esportes tradicionais (JETs), em estágio pós-doutoral na USP, como diálogo entre a antropologia e a psicologia das práticas esportivas e corporais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Metodologia qualitativa, bibliográfica, etnográfica e diário de campo. A primeira modalidade, o ikindene hekugu, é praticada por indígenas do Território indígena do Alto Xingu, localizado no Estado do Mato Grosso, porção sul da Amazônia brasileira. Há pouco material sobre esse modo de lutar-ritualizar, sendo mais recente a tese doutoral de Carlos Eduardo Costa (2013) e a dissertação de mestrado de Leandro Paiva (2021), das quais destaco impressões dos seus aspectos etnográficos e etnoarqueológicos, relacionado com os mitos, os ritos, a pessoa-comunal e o lúdico desta modalidade luta-luto. Em segundo lugar, a luta corporal do piãguá dos indígenas Maraguá do Estado do Amazonas, totalmente desconhecida pelo público leigo e acadêmico, até então. A dissertação de mestrado de Núbia Lira Cintrão (2012), sobre a farinha em território indígena (TI) Maraguá é um raro trabalho que faz menção à manifestação cultural da luta piãguá. Desconhecida mesmo entre estudiosos das lutas corporais em ciências do esporte e educação física, muito menos citada como luta indígena na Base Nacional Comum Curricular, como é o caso das duas outras modalidades aqui em estudo. Ressalta-se a literatura escrita pelo escritor maraguá/saterê mawé Yaguarê Yamã, em especial o seu livro, dentre vários, intitulado Maraguápéyára (2014) no qual há uma breve descrição da luta chamada de piãguá, e toda sua função ancestral de ritos de poder, que foi modificada até sua versão contemporânea, reduzida ao ritual-lazer. Em terceiro, e com coleta de dados avançada, com indas e vindas aos territórios remotos do arquipélago do Marajó, com o estudo das primeiras obras, como a pioneira em José Wildemar Paiva de Assis (1997) até as comunicações recentes, e crescentes sobre a luta marajoara. Assim, apresento dados sobre a agarrada/luta marajoara, com mais de 200 anos, que recentemente se institucionaliza como esporte de rendimento e esporte escolar na educação física escolar. Destas leituras, estudos e coletas iniciais eu comunico algumas análises, interpretações e reflexões sobre modalidades de lutas agarradas brasileiras pouco conhecidas, e como parto também delas na construção de uma antro-po-psicologia social do etnoesporte, dos jogos tradicionais e das práticas esportivas e corporais dos povos e comunidades indígenas e tradicionais.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

